

## A violência contra mulheres e meninas indígenas durante o conflito armado interno peruano (1980-2000)

Heloisa Motelewski,<sup>1</sup> UFPR  
Lucas José Mascarello de Jesus,<sup>2</sup> UFPR

### Resumo

Este artigo procura propor uma reflexão sobre as questões de gênero e raça intrinsecamente associadas ao desenrolar do Conflito Armado Interno do Peru, ocorrido entre os anos de 1980 e 2000. Para isso, buscamos partir de uma perspectiva descolonial, considerando suas intersecções com os debates de gênero. Desse modo, com o uso de uma ampla bibliografia sobre a temática, ademais de relatos orais reunidos pela ANFASEP e de informações presente no Informe Final da *Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR)*, intencionamos mostrar as maneiras com que a violência contra mulheres e meninas indígenas se constituiu, nesse período, como uma violação sistemática dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Descolonialidade; Conflito Armado Interno; Comisión de la Verdad y Reconciliación

### Abstract

This article intends to propose a reflection about gender and race questions intrinsically associated to Peru's Internal Armed Conflict, which occurred between the years of 1980 and 2000. In this regard, we aim to substantiate the analysis from a decolonial perspective, considering its intersections with the gender debate. Therefore, using an extensive bibliography about the theme besides oral accounts gathered by ANFASEP and information from the final report from the 'Comisión de la Verdad y Reconciliación' (CVR), we intend to show how violence against indigenous women and girls constitutes, in this period, a systematic violation of human rights.

**Keywords:** Human Rights; Decoloniality; Internal Armed Conflict; Comisión de la Verdad y Reconciliación.

### Introdução

O presente trabalho busca analisar como se deu a violência contra mulheres e meninas indígenas durante o Conflito Armado Interno que assolou o Peru durante os anos de 1980 e 1990, usando, para isso, de uma perspectiva descolonial com enfoque no gênero. Este, seguindo o trabalho de Scott (SCOTT, 1990, p. 75), é por nós entendido como “[...] também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”. Diante disso, optamos por utilizar como fonte principal o informe final da *Comisión de la Verdad y Reconciliación*, que, sendo concluída ao

---

<sup>1</sup> É aluna do curso de Graduação em História – Licenciatura/Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Também atua como bolsista do Grupo PET História UFPR. Email para contato: [heloisamotelewski@gmail.com](mailto:heloisamotelewski@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7022532050657480>.

<sup>2</sup> É aluno do curso de Graduação em História – Licenciatura/Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Email para contato: [lucasjesusemascarello3@gmail.com](mailto:lucasjesusemascarello3@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8844046568743555>.

ano de 2003, é, a nosso ver, um documento oficial que trouxe à luz as memórias daqueles que, por suas condições sociais menos favorecidas, foram os que mais sofreram com o conflito. Tendo em vista a importância dos relatos orais, pretendemos embasar nossa metodologia na atribuição de historicidade aos testemunhos, conforme a proposta de Venson e Pedro (VENSON; PEDRO, 2012). Sendo assim, seguimos à contextualização do conflito para, então, à discussão e, enfim, à conclusão de nossa proposta com as últimas considerações.

### **O Conflito Armado Interno no Peru (1980-2000)**

O ano era 1968, as transformações percorriam o globo e no Peru não foi diferente. Pouco tempo antes de terminar o governo de Fernando Terry instaurou-se o golpe militar que colocaria Juan Velasco Alvarado no poder (FÁVARI, 2018). Mas, diferentemente do que acontecia nas maiorias das ditaduras na América do Sul, caracteriza Coggiola (COGGIOLA *apud* FÁVARI, 2018, p. 106), o governo militar peruano era de um projeto nacionalista e populista. Baseado nisso, o governo de Alvarado deu início a um grande número de reformas em todas as áreas. Em 1975, o General Francisco Morales Bermudez assumiu o poder, e mais tarde iniciou a reabertura democrática, que chegou em 1980 quando Fernando Terry venceu as eleições e tomou posse mais uma vez como presidente eleito democraticamente (PINTO, 2003). Inicia a partir daí um período conhecido como conflito armado interno (CAI), que será o ponto de partida para a discussão que virá posteriormente.

Coimbra (COIMBRA, 2015) apresenta a formação do CAI utilizando-se do documento escrito pela CVR, que o divide em três atores, agentes armados, agentes políticos e agentes civis. Com o enfoque de seu trabalho para os agentes armados, Coimbra introduz o PCP-SL (Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso), ou somente Sendero Luminoso, criado em 1970 depois de inúmeras divisões e rachas na esquerda peruana, e classificado mais tarde como o partido mais violento na história do Peru. Buscando migrar o Peru capitalista para uma sociedade socialista, o PCP-SL se utilizou dos espaços educacionais, desde universidades até escolas próprias, para convencer os jovens e camponeses a abraçarem sua causa, que passava principalmente pela questão da luta pela terra.

Em seu informe final, a CVR traz alguns dados que demonstram através de números o aumento dos ataques do SL e da letalidade destes:

Una de las manifestaciones que mayor impacto produjo en la ciudad fueron los ataques contra las redes de fluido eléctrico, con la intención de generar ‘apagones’. Así de cinco torres de alta tensión derribadas en 1980, se pasó a nueve en 1981, 21 en 1982, 65 en 1983, 40 en 1984 y 107 en 1985. [...] Asimismo, aunque no hay estadística desagregada que permita saber cuantos

‘atentados selectivos’ realizó SL en Lima durante los primeros años de su ‘guerra popular’, en 1980 hubo dos con el resultado de una víctima. En 1981 hubo nuevamente dos atentados selectivos, sin víctimas que lamentar. En 1982 fueron 46 atentados selectivos con 57 víctimas; en 1983 sumaron 33, con 37 víctimas; en 1984, el total fue de 25 atentados selectivos y 29 víctimas; y en 1985 fueron 38 y las víctimas 37 (CVR, 2003, Tomo II, p. 37-38).<sup>3</sup>

Tamanha violência fez com que o governo peruano tomasse uma série de atitudes. E o que poderia ser algo que buscasse trazer mais segurança e talvez paz a camponeses e indígenas, foi totalmente o contrário. A violência que se seguiu às Forças de Ordem foi desde a tomada de bens e terras a assassinatos e estupros. As comunidades indígenas que entraram em uma luta por direitos, se viram presas no meio do terror (COIMBRA, 2015).

Alguns sobreviventes escreveram suas memórias e, como podemos ver em Sánchez (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014), há duas questões bem claras presentes no relato do indígena que se colocou a lutar. Primeiramente, a esperança, “Podíamos caminhar descalços, com piolhos na cabeça, mas sem comer não se podia. Por isso pensávamos e sonhávamos: quando triunfamos, já na vida do comunismo, comeremos com fartura” (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014, p. 9) e, em segundo lugar, o que Leite vai analisar como um desvio do caminho daquilo que lutavam, a violência, “[...] como sempre, vínhamos carregados de coisas saqueadas nas casas, pois assim era a ordem de nossos camaradas de maior hierarquia. Confiscar armas, alimentos e roupas” (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014, p. 9). Mais tarde Sánchez foi preso pelo exército e, agora do outro lado, também vivenciava a forte violência e tristeza das famílias indígenas, como é possível ver no seguinte trecho, “[...] Alguns familiares vinham à porta do quartel perguntar pelos seus, vinham com medo [...] lhes diziam que ali não havia nenhum detido [...] os soldados só me contavam que haviam matado todos” (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014, p. 10).

Uma questão que vale a pena ser levantada é a da própria terminologia de conflito armado. Para Oliveira e Kanashiro (OLIVEIRA; KANASHIRO, 2021), esta denominação nada mais é do que uma convenção adotada a partir da constituição da CVR, visando atender aos padrões do Tratado de Genebra em relação ao direito humanitário internacional. As autoras

---

<sup>3</sup>“Uma das manifestações que mais impacto produziu na cidade foram os ataques contra as redes elétricas, com a intenção de gerar ‘apagões’. Assim, de cinco torres de alta tensão derrubadas em 1980, passaram para nove em 1981, 21 em 1982, 65 em 1983, 40 em 1984 e 107 em 1985. [...] Da mesma forma, embora não exista uma estatística desagregada que permita saber quantos ‘ataques seletivos’ o SL realizou em Lima durante os primeiros anos de sua ‘guerra popular’, em 1980 houve dois que resultaram em uma vítima. Em 1981, houve novamente dois atentados seletivos, sem vítimas para se lamentar. Em 1982, houve 46 atentados seletivos com 57 vítimas; em 1983 somaram 33, com 37 vítimas; em 1984, o total foi de 25 atentados seletivos e 29 vítimas; e em 1985 foram 38 e as vítimas 37” (tradução nossa).

afirmam que dentro da sociedade peruana, durante essas duas décadas e ainda hoje, a terminologia utilizada é de um período de terrorismo, e que, ao chamar de conflito armado, muitos dos horrores e do medo que se viveu nessas duas décadas são amenizados.

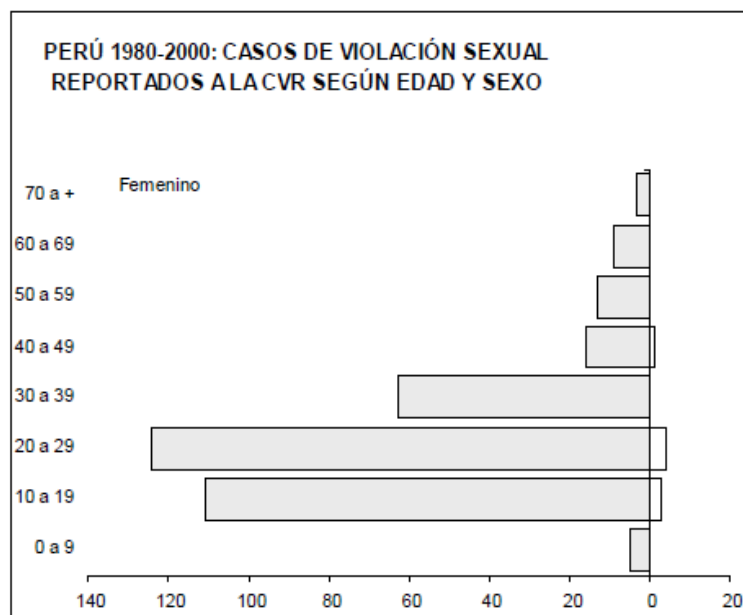
Além disso, as disputas por essa memória também estão evidentes dentro da sociedade peruana, seja na construção de memoriais para as vítimas, seja na própria construção da narrativa sobre o evento. Oliveira e Kanashiro (OLIVEIRA, KANASHIRO, 2021) também apresentam a ânsia do Estado peruano, na figura do então presidente Fujimori, em transformar os militares, já citados aqui como praticantes de atos violentos, em vítimas da ação desses grupos terroristas, como o Sendero Luminoso. Estas contestações das narrativas oficiais, difundidas pelo governo de Fujimori, após a abertura conferida pela CVR para novos relatos sobre o ocorrido, é o que podemos entender como um ato pela memória - onde se constatam segundo Degregori (DEGREGORI, 2004) convergências e divergências na variedade de versões históricas. Estreitamos a partir de agora nossa perspectiva, buscando analisar, de forma mais específica, a violência contra as mulheres, que, como veremos, foram vítimas das mais terríveis agressões.

### **A categoria de gênero e o Conflito Armado Interno peruano**

Seguindo, então, para uma análise descolonial e de gênero sobre o referido período, consideraremos o expressivo destaque conferido pela CVR aos casos de violência sexual perpetrados contra mulheres e meninas durante o Conflito Armado Interno. Afinal, como retratado pelo próprio documento (CVR, 2003, Tomo VI, p. 275), infere-se que cerca de 81% das mulheres que se apresentaram como testemunhas tenham sido submetidas a essa forma de violência (o número de vítimas que relataram os abusos sofridos à CVR pode ser observado ao Gráfico 1). Entretanto, é importante pontuar que tal número configura-se como uma estimativa, havendo pouco conhecimento registrado sobre a real quantidade de mulheres que teriam sido vítimas. Nesse sentido, nos interessa aqui apontar, tal como Falcón (FALCÓN, 2010), justificativas para essa falta, relacionando-a com a impunidade, com o não reconhecimento individual de que a violência sofrida se enquadraria em uma situação violadora dos direitos humanos e com a recorrente discriminação sofrida pelas mulheres peruanas. Ainda nesse aspecto, é interessante notar como o silêncio daquelas que sofreram com algum tipo de abuso

pode demonstrar “la carga valorativa consrtuida sobre la sexualidad de las mujeres, así como el lugar e importancia de ésta dentro de relaciones de género” (JUAREZ, 2016, p. 72).<sup>4</sup>

**Gráfico 1 - Casos de violência sexual reportados a CVR**



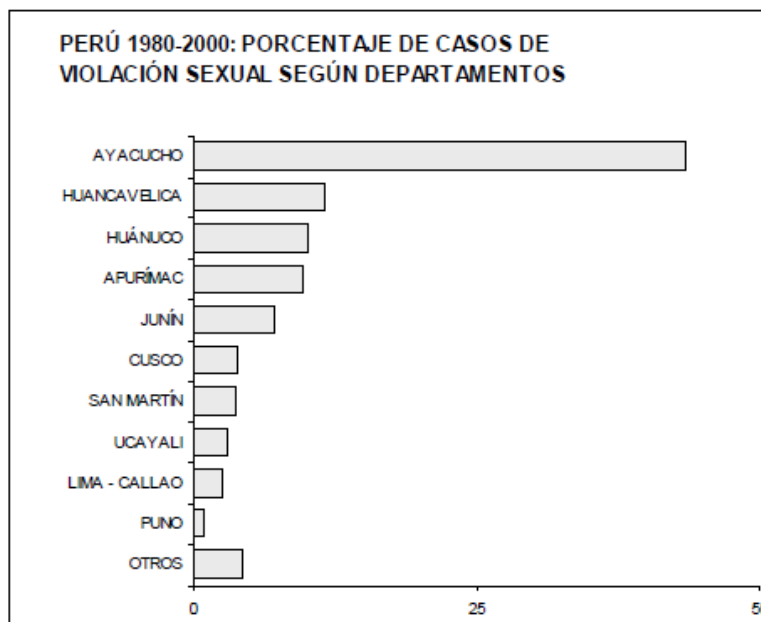
Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 276). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 4.

Dentre essas mulheres que padeceram por esse tipo de violação de direitos, é notável, como apresenta a própria CVR (CVR, 2003, Tomo VI, p. 276), a presença de falantes do quéchua e de habitantes de áreas rurais (segundo também informam através do Gráfico 2). Isso nos leva a reiterar, pois, a aplicabilidade da conclusão de que gênero, raça, classe social e sexualidade são interrelacionais em atos de inferiorização (FRASER *apud* BATANERO, 2004, p. 89) e a assegurar a existência de maior vulnerabilidade das mulheres indígenas nesse cenário. Passando, então, aos agentes de violações, constata-se que tanto os grupos vinculados ao Estado peruano quanto os relacionados às práticas subversivas foram responsáveis pela prática da violência sexual, o que pode ser evidenciando pelas conclusões da Comissão (CVR, 2003, Tomo VI, p. 277). Nelas, foram contabilizadas, respectivamente, um total de 83% e de 11% dos casos, marcando a prevalência, desse modo, da violência estatal (ver Gráficos 3 e 4). Por essa forma, concebemos que tal cenário se encontra, de algum modo, retratado nos testemunhos

<sup>4</sup> “[...] a carga valorativa construída sobre a sexualidade das mulheres, assim como o lugar e importância desta dentro das relações de gênero” (tradução nossa).

dados à ANFASEP (ANFASEP, 2015), já que dos 37 analisados,<sup>5</sup> cerca de 89% deles fazem menção a algum tipo de violação de direitos perpetrada por agentes oficiais.

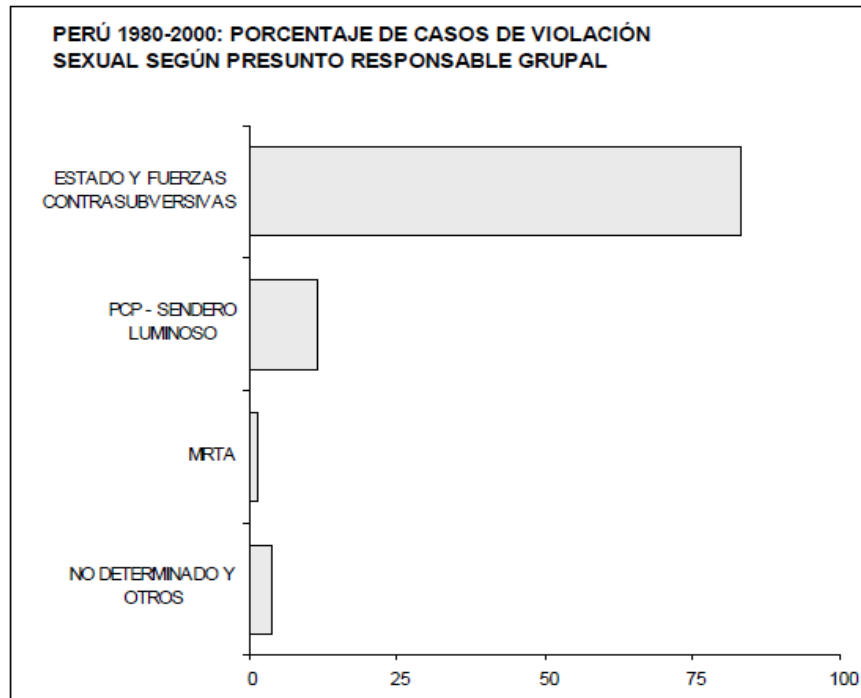
**Gráfico 2 – Casos de violência sexual segundo regiões**



Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 277). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 5.

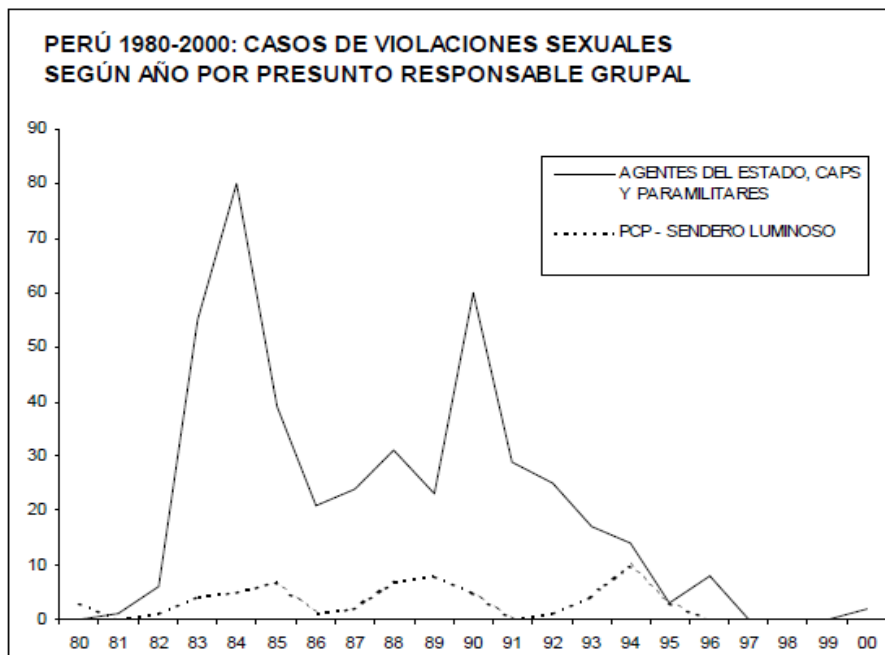
**Gráfico 2 - Casos de violência sexual segundo o agente perpetrador**

<sup>5</sup> Foram analisados todos os testemunhos das partes posteriormente indicadas nas referências, com exceção de Severino Tenorio Alarcón devido a intenção de nos centrarmos em relatos oferecidos por mulheres.



Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 278). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 6.

Gráfico 3 - Casos de violência sexual segundo o agente perpetrador



Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 278). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 6.



Por tais constatações, percebemos a intrínseca relação que a colonialidade estabelece com a violação de direitos consolidada pelo Estado, já que o consideramos, assim como Segato (SEGATO, 2012, p. 110), um sujeito da colonialidade primordialmente devastador. Temos, aqui, tal noção segundo a exposição de Ballestrin (BALLESTRIN, 2013). Expressando-se, fundamentalmente, nos eixos do poder, do saber e do ser, entendemos sua caracterização, portanto, enquanto parte da produção e reprodução dos meios opressão e exploração das ações modernas de colonização. Estas atingem, portanto, os âmbitos econômicos e naturais, os campos das subjetividades pela raça, gênero e sexualidade, além das esferas do conhecimento através da imposição de um saber eurocentrado. Nesse sentido, partimos da ideia de criação de um “sistema-mundo moderno/colonial” (BALLESTRIN, 2013, p. 102), reconhecendo nele a inserção primordial da América Latina, destacadamente no momento do advento da modernidade e do capitalismo.

Podemos desenvolver, por conseguinte, a concepção de colonialidade pelas informações introduzidas por Maldonado-Torres (MALDONADO-TORRES, 2019). Expressa em um sistema da modernidade ocidental, criador de distinções entre os seres humanos, compila, em seu exercício, mecanismos particularmente engendrados pelas ações de colonização, tais como a escravização e a violação. Por elas, criam-se, conforme defende, “linhas de desumanização”, tecendo as separações entre os indivíduos segundo preceitos de superioridade e inferioridade, definidas a partir de atributos raciais, mas não só. Afinal, concebemos também, assim como Lugones (2008), a importância de se pensar a interseccionalidade entre os fatores de exclusão. Vemos, destarte, como a raça, o gênero e a sexualidade, quando combinadas, contribuem para a construção e para a potencialização dos discursos coloniais pautados sobre a inferiorização de determinados grupos, não-europeus. Sendo assim, verificamos a criação de um padrão moderno de atuação individual e, portanto, de um sistema colonial de dominação, organizado segundo as concepções específicas de homens brancos e heterossexuais. Estes se tornam, por conseguinte, exploradores em potencial daqueles que não se assemelham a tal modelo comportamental eurocentrado, a saber, os indivíduos menosprezados em seus discursos de alteridade. Nesse sentido, destacamos aqui o sistema moderno e colonial de gênero, definido também por Lugones (2008). Por ele, admitimos, de igual modo que a autora, a expressão da colonialidade por meio de mecanismos de inferiorização. Estes são, então, projetados pelos ideais ocidentais de uma dualidade morfológica sexual, de uma formulação dicotômica entre os gêneros masculino e feminino, da heterossexualidade e da perpetuação das relações de poder patriarcais.



A vista disso, pontuamos a imprescindibilidade de se compreender o papel e a inserção do Estado no sistema colonial, enfaticamente de gênero, o reproduzindo e o legitimando em suas ações. Retomamos, portanto, aqui, a produção de Segato, pela qual se observa que:

Ambas [uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores e uma história das relações de gênero dentro do patriarcado] respondem à expansão dos tentáculos do Estado modernizador no interior das nações, entrando com suas instituições de um lado e com o mercado do outro: desarticulando, rasgando o tecido comunitário (SEGATO, 2012, p. 113).

Por esse modo, concluímos que as funções estatais, em suas associações coloniais, articulam-se de modo a romper com as formas de organização das sociedades locais através dos mecanismos modernos, acusados em suas formas institucionais e em suas pressuposições de mercado. Tal sentido de perpetuação estatal da colonialidade pode, a nosso ver, ser evidenciado e, até mesmo ampliado, através dos dados informados pela *Comisión de la Verdad y Reconciliación* sobre a violência de gênero, bem como pelos relatos oferecidos à ANFASEP, anteriormente mencionados. Afinal, através de sua análise, notamos como a instituição estatal militarizada, no caso do Conflito Armado Interno Peruano, perpetuou uma violência de gênero dirigida, pautando-se sobre outros fatores, notadamente a raça. Dessa maneira, trespassando os limites da modernidade e alçando a contemporaneidade, averiguamos como as estratégias de inferiorização da ordem colonial seguem presentes, mostrando, por meio das violências praticadas, as distensões do tecido comunitário, tal qual como denomina a autora, e, de certo modo, sua consolidação.

Mesmo assim, podemos observar como se rompe, ainda mais, a trama agregadora de tais comunidades pela configuração de uma ambivalência entre forças contrárias, manifestada nos conflitos entre o grupo Sendero Luminoso e as forças estatais. Isso, pois, localizando-se no entremeio dos conflitos, tais grupos vitimados tiveram suas vidas radicalmente alteradas em razão de sua inserção nos campos de poder conflitantes, de igual forma que em decorrência da violência por eles praticada. Esta, conforme já visto, tornou-se, nesse período traumático da história peruana, majoritariamente fomentada pelo Estado e suas Forças Armadas, o que reitera a condição de perpetuação das linhas de exclusão e violência coloniais pelas ações estatais. Além disso, se reafirma a predominância de um sistema colonial de gênero, já que um número elevado de mulheres que apresentaram seus testemunhos foram vítimas da violência sexual perpetrada pelas forças oficiais, das quais já se destacou a maior vulnerabilidade indígena. Essa constatação pode ser embasada, para além dos números inicialmente expostos, pelo relato de

Lorenza Quispe Romero, identificada como viúva e da região de Ayacucho. Dele, destacamos a predominância de uma violência sexual infligida por indivíduos associados às ações estatais:

En 1986 regresé a mi pueblo con mi hijo menor. Cuando estábamos durmiendo, entraron a mi casa tres militares, eran las 11 de la noche, me ordenaron que me levante. Allí intentaron violarme y yo empecé a defenderme; pero me ganaron porque ellos tenían más fuerza que yo. Allí me abusó de mí uno de los militares, eran unos malditos, mientras otro cuidaba la puerta. Luego conversaron entre ellos. No sé qué conversarían. Aproveché para escapar entre sus piernas. Allí me amenazaron: ‘Cuidadito que cuentes, cuidadito que denuncies, donde sea te vamos a buscar, porque te conocemos’” (ANFASEP, 2015, p. 149).<sup>6</sup>

Ou, ainda, por este relato apresentado à Comissão da Verdade por uma menina torturada pelas forças policiais:

[...] había un policía que tenía cara de drogado... le llamaban el buitre... me empezó a insultar a hablar groserías y me pusieron encima un fierro como cortapapel, [...] y me chancaron allí, me decían que si no hablaba me iban a seguir pegando, que me iban a violar. Después me llevaron donde estaba una mujer que estaban violando y le metían la pistola en la vagina y me dijeron que si no hablaba me iban hacer igual. [...] (CVR, 2003, Tomo VI, p. 599).<sup>7</sup>

Contudo, pensamos existir ainda a possibilidade de estender tal agência colonial a outros grupos que, da mesma forma, subjagam e violam o direito dos marginalizados sob suas formas de poder, como feito pelo Sendero Luminoso. Tal proposta pode ser elucidada contando com o sistema colonial enquanto forma de perpetuação de meios de exclusão, exploração e opressão dos indivíduos, sendo eles submetidos a diversas formas de violência. Logo, quando analisados os dados sobre a agressão senderista, evidenciamos uma contínua distinção, pautada em noções de superioridade e inferioridade, entre seus membros, e, de igual modo, entre seus integrantes e os indivíduos externos ao grupo. Da mesma forma, em tais organizações subversivas, torna-se possível encontrar a perpetuação de uma violência de gênero, similar à realizada pelo Estado, pela inferiorização das mulheres - estas, reiteramos, mais vulneráveis quando indígenas. As

<sup>6</sup> “Em 1986, voltei ao meu povoado com meu filho menor. Quando estávamos dormindo, entraram em minha casa três militares, eram 11 da noite, me ordenaram que me levantasse. Alí tentaram me violentar e eu comecei a me defender; mas me venceram porque eles tinham mais força que eu. Alí me abusou um dos militares, eram uns malditos, enquanto outro cuidava da porta. Logo conversaram entre eles. Não sei o que estariam conversando. Aproveitei para escapar entre suas pernas. Alí me ameaçaram: ‘Cuidado em contar, cuidado em denunciar, onde quer que seja vamos te procurar, porque te conhecemos’” (tradução nossa).

<sup>7</sup> “[...] havia um policial que tinha cara de drogado... o chamavam “*el buitre*”... começou a me insultar e falar grosserias e me colocaram em cima de um ferro como corta-papel, [...] e me golpearam ali, me diziam que se não falasse iam me continuar batendo, que iam me violentar. Depois me levaram onde estava uma mulher que estava sendo violentada e colocavam uma pistola na vagina e me disseram que se não falasse iam fazer o mesmo comigo [...]” (tradução nossa).

ocorrências que mais chamam atenção, nesse sentido, se remetem às uniões forçadas, como informa esse testemunho:

Otra testimoniante que vivió en las retiradas en Oronjoy narra las circunstancias en que conoció a su pareja. El la acosaba para tener relaciones sexuales cuando ella tenía catorce años. La entrevistada no quería comprometerse con él porque este era dieciocho años mayor. [...] Finalmente, la testimoniante accedió a unirse con el hombre, debido a la insistencia de los integrantes y jefes de PCP-SL, quienes le respondieron que la llevarían a otra zona. Su primo, que estaba en la Fuerza Principal de PCP-SL, le aconsejó que mejor se quedara con hombre, porque si cambiaba de grupo iba a vivir en cuevas y andar por zonas que no conocía, lo cual la ponía en peligro para protegerse de alguna incursión militar. Por ello, debía unirse con él “para sufrir menos” (CVR, 2003, Tomo VI, p. 293).<sup>8</sup>

E, ainda, segundo essa informante de Huancavelica:

Posteriormente, la llevó a la selva: me hacía entrar a las tiendas a pedir comida en nombre de los senderistas, me colgaba en los árboles con soga y me ponía un cartel que decía ‘así se jode a los soplones’, me violaba cuando quería, me torturaba, me insultaba, diario eran los golpes, sin comer me tenía, no quería que converse con nadie, siempre estaba a mi lado, toda la gente pensaba que él era mi marido, mi familia también pero no era así” (CVR, 2003, Tomo VI, p. 295).<sup>9</sup>

Ademais, verificamos em meio à violência sexual, incentivada e realizada por ambos os grupos, uma certa vinculação com a materialização do olhar pornográfico colonial. Afinal, igual ao referenciado pela autora (SEGATO, 2012, p. 120), suas atitudes intencionam trespassar pela objetificação sexual do corpo feminino. Outro ponto em que o trabalho de Segato pode ser aplicado, a nosso ver, está na afirmação da marginalização feminina dentro das próprias comunidades, presente no Informe Final da Comissão:

Como ellas mismas lo señalan las comunidades han marginado a las mujeres: ‘Quiero agregar, que en mi comunidad, casi la población general han marginado a las mujeres, es una marginación fuerte, inclusive como algunas mujeres han sido beneficiadas por las muertes de sus esposos quienes han sido reparadas

<sup>8</sup> “Outra testemunha que viveu nas saídas de Oronjoy narra as circunstâncias em que conheceu seu companheiro. Ele a assediava para ter relações sexuais quando ela tinha quatorze anos. A entrevistada não queria se comprometer com ele porque este era dezoito anos mais velho. [...] Finalmente, a testemunha concordou em se unir ao homem, devido à insistência dos integrantes e chefes do PCP-SL, os quais responderam que a levariam a outra zona. Seu primo, que estava na Força Principal do PCP-SL, a aconselhou que melhor seria se ficasse com o homem, porque se mudasse de grupo ia viver em cavernas e andar por zonas que não conhecia, o que a colocava em perigo ao se proteger de uma incursão militar. Por isso, deveria se unir a ele ‘para sofrer menos’” (tradução nossa).

<sup>9</sup> “Posteriormente, a levou a selva: “me fazia entrar nas lojas para pedir comida em nome dos senderistas, me pendurava nas árvores com cordas e colocava em mim um cartaz que dizia ‘assim se fode os delatores’, me violentava quando queria, me torturava, me insultava, cotidianas eram as pancadas, me tinha sem comer, não queria que conversasse com ninguém, sempre estava ao meu lado, toda gente pensava que era meu marido, minha família também, mas não era assim” (tradução nossa).

económicamente y por el apoyo de las instituciones a las viudas, ellas están siendo muy marginadas por la mayoría de la gente'. [...] Si sumado a todo esto reconocemos que no se escucha a las mujeres y que éstas son 'invisibles' para la toma de decisiones, podemos colegir rápidamente las terribles dificultades que enfrenta la mujer en la comunidad (CVR, 2003, Tomo IX, p. 45).<sup>10</sup>

Comprendemos, pois, tal aspecto como uma manifestação das tensões decorrentes do processo colonial de emasculação, resultante da “superinflação” masculina frente a sua colocação intermediária entre sua comunidade e os homens brancos (SEGATO, 2012, p. 120-121). Além disso, podemos reiterar, por essa alegação, a propensão a uma dissensão dos tecidos comunitários, segundo a mesma autora, ao percebermos uma ruptura do modelo de relações sociais desses grupos. Fomentada pela invasão de um sistema colonial de gênero, essa descontinuidade os modifica, inevitavelmente, através dos relacionamentos entre homens e mulheres, como também demonstra Segato (SEGATO, 2012).

Além do exposto, acreditamos ser imprescindível retomar um tópico já debatido por Maeso (MAESO, 2010). Sua crítica à ideia de alheamento político da população indígena deve servir como meio de reflexão sobre os relatos analisados, em especial por sua percepção de que “[...] los testimonios muestran diferentes modos de movilizar discursivamente la representación ideológica del campesino y del indígena como ‘ignorante’ y como ‘inocente’, y por tanto, ajeno a lo político” (MAESO, 2010, p. 36).<sup>11</sup> Isto posto, essa noção pode ser facilmente contestada na ampliação da perspectiva oferecida pelos estudos de gênero sobre a questão, pois, a partir do relatos apresentados ao trabalho de Batanero (BATANERO, 2004) e da ANFASEP (ANFASEP, 2015), percebe-se que as mulheres indígenas veem-se absolutamente cientes do aspecto político da situação em que estão envolvidas, bem como dos espaços de fala que lhes foram conferidos, ao referenciarem aspectos de seu passado e de seus familiares e ao reivindicarem reparações pelos danos causados pelo período conturbado em que viveram.

Concluindo essa seção, gostaríamos de afirmar que, embora as mulheres, em especial aquelas marginalizadas por serem indígenas, tenham sido vítimas de inúmeras outras formas de violência, não se deve esquecer que, em sua perpetuação, o gênero fez-se um fator determinante.

---

<sup>10</sup> “Como elas mesmas o informam, as comunidades têm marginalizado as mulheres: “Quero acrescentar, que em minha comunidade, quase toda a população marginalizou as mulheres, é uma marginalização muito forte, inclusive como algumas mulheres foram beneficiadas pelas mortes de seus maridos as quais foram reparadas economicamente e pelo apoio das instituições das viúvas, elas estão sendo muito marginalizadas pela maioria das pessoas”. [...] Se somando a tudo isso reconhecemos que não se escuta as mulheres e que estas são ‘invisíveis’ para a tomada de decisões, podemos concluir rapidamente as terríveis dificuldades que enfrenta a mulher na comunidade” (tradução nossa).

<sup>11</sup> “[...] os testemunhos mostram diferentes modos de mobilizar discursivamente a representação ideológica do camponês e do indígena como ‘ignorante’ e como ‘inocente’, e portanto, alheio ao político” (tradução nossa).

Assim, percebe-se como a colonialidade fundamenta, através das violências perpetuadas pelo Estado e pelos demais grupos detentores de poder, em detrimento das qualificações de inferioridades dos indivíduos e sob uma percepção particular de gênero e sexualidade, pautada na humilhação e agressão, o uso intimidador e corretivo (CVR, 2003, Tomo VI, p. 284) da violência sexual em situações de conflito e acaba por determiná-la como uma violação sistemática dos direitos humanos. Ademais, nota-se, por conseguinte, a perpetuação de uma espécie de “colonialidade do poder e do ser”, esta segundo a exposição de Ballestrin (2013), ao passo que os mecanismos coloniais de autoridade acabam por trespassar os aspectos sexuais, raciais e de gênero das individualidades, perpetuando seu domínio, por esse modo, nas subjetividades. Dessa forma, também consideramos necessário que “[...] es importante que los debates que se desarrollan en cada sociedad previamente al establecimiento de las comisiones de la verdad, incluyan la importancia de la incorporación de la perspectiva de género como herramienta de análisis y trabajo” (FALCÓN, 2010, p. 211).<sup>12</sup>

### **Considerações finais**

Dado o exposto e baseados nas formulações decoloniais feitas por Segato (SEGATO, 2012), intencionamos identificar a articulação entre as formas de produção e reprodução da colonialidade e a violência perpetrada contra mulheres e meninas indígenas durante o Conflito Armado Interno peruano. Assim, conforme o exposto, pudemos constatar que a colonialidade, seja ela produzida ou reproduzida pelo Estado ou outros grupos, exerce papel fundamental na prática de violência, em especial se considerada sua exponencial agressividade quando tratados os mecanismos coloniais de distinção pautados nas categorias de gênero e raça.

Por essas observações, gostaríamos, ainda, de reiterar como a violência de gênero, perpetuada deliberadamente contra grupos indígenas, se constituiu, ao referido conflito, como uma violação sistemática dos direitos humanos. Sendo assim, salientamos a importância e relevância da discussão acerca dessa temática, devido a sua essencialidade no que compreende a aplicação ou negligência dos direitos humanos no mundo prático. Reiteramos, portanto, o nosso desejo de que este artigo se constitua como uma incitação a novos debates sobre o tema, criando bases de reflexões sobre as relações entre colonialidade, raça, gênero e a manutenção dos direitos.

---

<sup>12</sup> “[...] os debates que se desenvolvam em cada sociedade previamente ao estabelecimento das comissões da verdade, incluam a importância da incorporação da perspectiva de gênero como ferramenta de análise e trabalho” (tradução nossa).

Enfim, agradecemos ao Professor Doutor Hector Guerra Hernandez pelas aulas ministradas na disciplina *História e Direitos Humanos*, ofertada pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Foram elas de grande contribuição para a formação da análise aqui empreendida.

### Referências Bibliográficas

ANFASEP. Parte II: Testimonio de Valor y Coraje – Desplazamiento; Desapariciones Forzadas; Asesinatos; Matanza. In: ANFASEP. **¿Hasta cuándo tu silencio? Testimonios de dolor y coraje.** 2015, p.76-299. Disponível em: <[http://archivos.memoria.website/ANFASEP\\_HastaCuandoTuSilencio\\_Web.pdf](http://archivos.memoria.website/ANFASEP_HastaCuandoTuSilencio_Web.pdf)>. Acessado em: 08/01/2021.

BATANERO, Sofia Matcher. **Mujeres quechuas: agencia en los testimonios de las audiencias públicas de la CRV.** 2014. Tese (Mestrado em Estudos de Gênero) – Escuela de Postgrado, Pontificia Universidad Católica del Perú, Pando, 2004.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro descolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

COIMBRA, Angelo Anderson Andrade. **O conflito armado e a violência no Peru sob a ótica da Comisión de la Verdad y Reconciliación: informe final (1980 a 2003).** Tese (Mestrado em História e Culturas Políticas) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe final.** Lima: CVR, 2003. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/>>. Acessado em: 08/01/2021.

DEGREGORI, Carlos Iván. Heridas abiertas, derechos esquivos: reflexiones sobre la Comisión de la Verdad y Reconciliación. **Memorias en conflicto: Aspectos de la violencia política contemporánea.** Lima: Institut français d'études andines, 2004.

FALCÓN, Julissa Mantilla. La Comisión de la Verdad y Reconciliación en el Perú y la perspectiva de género: principales logros y hallazgos. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, [S.l], v.10, n.10, p.195-217, 2010.

FÁVARI, Flávia Eugênia Gimenez de. **A questão indígena na Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru.** 2018. 251 f. Tese (Mestrado) - Curso de Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

JUÁREZ, Sandra Marcela Arvesú. Los silencios de la memoria. Narrativa de la violencia sexual en la Comisión de la Verdad y Reconciliación de Perú. **EntreDiversidades Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 6, p.49-77, 2016.

LEITE, Verônica Gomes Olegário. **História e violência: a representação literária pós Conflito Armado Interno do Peru.** Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAESO, Silvia Rodríguez. Política del testimonio y reconocimiento en las comisiones de la verdad guatemalteca y peruana: En torno de la figura del “indio subversivo”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.88, p. 23-55, mar. 2010.



MALDONADO-TORRES, Nelson. Da colonialidade dos Direitos Humanos. In: SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (Org.). **O Pluriverso dos Direitos Humanos - a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.87-110.

OLIVEIRA, Ana Claudia De; KANASHIRO, Lilian. LUM, presencias resignificantes del conflicto armado peruano. **Galáxia**, São Paulo, v. 46, n. 46, p. 1-19, 2021.

PINTO, Hugo Eduardo Meza. A Evolução da Economia Peruana no Período 1950-2000: Meio Século de Transformações e a Procura de Relações Internacionais. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 79-109, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.15, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, [S.l.], n.18, p.106-131, 2012.

VENSON, Anamaria Marcon. PEDRO, J. M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v.15, n.2, p. 125-139, jul./dez. 2012.